

Boletim 155: Sindicatos do Sul para a COP29: Pague! Recuperar energia, restaurar serviços vitais

20 de novembro de 2024

Gravação da coletiva de imprensa: <https://youtu.be/1oQTd7Ju6Y8>

Mais de 100 sindicatos do Sul pedem uma abordagem pública para o financiamento climático



Representando mais de cem milhões de trabalhadores organizados, mais de 100 sindicatos e aliados próximos fizeram um apelo aos governos dos países ricos na conferência anual da ONU sobre o clima (COP29) para que ofereçam níveis adequados de financiamento climático de forma que possam recuperar e restaurar bens e serviços públicos vitais.

Sem precedentes em termos do número de sindicatos que levantam a voz em um evento climático da ONU, [a declaração](#) (também abaixo) foi divulgada em um momento em que os países ricos parecem não estar dispostos a honrar suas obrigações de apoiar os países do Sul, muitos dos quais gastam mais com o serviço da dívida do que com saúde e educação. A declaração reforça as principais [mensagens](#) da Confederação Sindical Internacional (ITUC) sobre a transição justa e os direitos dos trabalhadores e o compromisso do Congresso Mundial da ITUC de lutar pela [recuperação da energia](#) para a

propriedade e o controle públicos.

Muitos dos 105 sindicatos que apóiam a declaração fazem parte da rede TUED, mas muitos não fazem. A amplitude da resposta marca um passo importante para o movimento sindical internacional em termos de construção da solidariedade Sul-Sul e Norte-Sul em torno da luta por uma ação climática eficaz.

A declaração é uma iniciativa [do TUED South](#) na COP29 em parceria com o [Asian Peoples' Movement on Debt and Development \(APMDD\)](#), [Power Shift Africa](#) e [War on Want](#).

Vozes da Liderança do TUED South e assinaturas da Declaração



Veja o [comunicado à imprensa](#) para obter a lista completa de citações dos líderes sindicais do TUED Sul.

Martha Tinny Molema, Presidente da ITUC África:

"A Organização Regional Africana da Confederação Sindical Internacional (ITUC-África) representa 17 milhões de trabalhadores em 101 centros sindicais afiliados e apoiamos o apelo para que a COP29 adote uma nova abordagem para o financiamento climático, que seja livre de dívidas e baseada em subsídios. Em nosso 5º Congresso, há um ano, a ITUC Africa endossou a abordagem "Reclaim and Restore" (Recuperar e Restaurar) para as concessionárias públicas de energia, para que elas possam retomar seu papel histórico na jornada de nosso continente para sair da pobreza energética e estejam totalmente equipadas para enfrentar os desafios da transição energética."

C. José Humberto Montes de Oca Luna, Secretário do Exterior, Sindicato Mexicano de Eletricistas (SME):

"Meu sindicato apoia totalmente a abordagem de recuperação e restauração da transição energética, porque o modelo atual de "privatizar para descarbonizar" não está produzindo o financiamento de investimento necessário para enfrentar as mudanças climáticas, e anos de políticas neoliberais dizimaram nossos serviços públicos. Apoiamos os esforços ousados da Presidente da República, Claudia Sheinbaum Pardo, para defender a soberania energética do México, restabelecendo nossas empresas nacionais de energia, CFE (eletricidade) e PEMEX (petróleo e gás) como serviços públicos. Isso está sendo abordado a partir de uma perspectiva sustentável que incorpora um caminho público e social para uma transição energética justa e soberana."

Ozzie Warwick, Sindicato dos Trabalhadores dos Campos Petrolíferos (OWTU) de Trinidad e Tobago e Secretário do Movimento Sindical Conjunto:

"Em Trinidad e Tobago, não há uma transição justa na agenda. Já vimos o impacto da privatização neoliberal, e agora essas políticas estão sendo promovidas em nome da salvação do planeta. Estamos profundamente preocupados com as mudanças climáticas, mas a "comunidade internacional" precisa aceitar o fato de que o uso de carvão, petróleo e gás é maior do que em qualquer outro momento da história. Queremos que o financiamento climático compense os danos causados pelas emissões dos países ricos, mas também que permita uma redução gradual gerenciada dos combustíveis fósseis com base no princípio da UNFCCC de Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas."

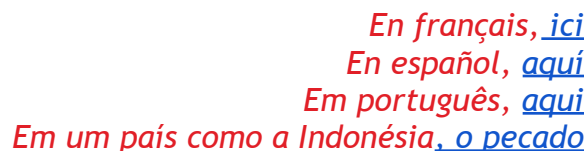
Luke Espiritu, presidente, Bukluran ng Manggagawang Pilipino:

"O Bukluran ng Manggagawang Pilipino está ao lado de milhões de pessoas no Sul Global que exigem justiça climática. O Norte Global imperialista deve pagar por sua responsabilidade histórica. Enquanto eles poluíram e exploraram, o Sul enfrenta desastres cada vez piores, como tufões, secas e enchentes. Pedimos US\$ 5 trilhões anuais em reparações - não em empréstimos ou ajuda - e uma transição justa e rápida dos combustíveis fósseis. Não há justiça climática sem reparações!"

Irene HongPing Shen, organizadora principal do TUED:

"Mais de 100 milhões de trabalhadores do Sul Global são representados pelos signatários desta declaração. À medida que a crise climática cresce, a comunidade global tem a oportunidade de avançar em direção à cooperação global e ao internacionalismo apoiando essas demandas. Embora a demanda anual de US\$ 5 trilhões não apague a história da violência imperialista e da devastação promovida pelo Norte Global no Sul Global, se bem feita, ela tem o potencial de ajudar os governos do Sul Global a reconstruir suas capacidades de recuperar e restaurar seus setores públicos de eletricidade e transporte. Essa abordagem de via pública pode abordar a pobreza energética e as transferências de tecnologia, ambas essenciais à medida que enfrentamos a descarbonização e criamos resiliência. Não há tempo a perder, solidariedade com os sindicatos do Sul Global agora!"

O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO DEVE RECUPERAR E RESTAURAR BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Como sindicatos do Sul Global, apoiamos uma abordagem de *via pública* para lidar com a mudança climática, o que exige uma grande mudança de política, saindo da atual política de "privatizar para descarbonizar" para uma estrutura ousada pró-pública.

Fazemos eco aos apelos feitos pela Confederação Sindical Internacional (ITUC) e seus órgãos regionais da África, Ásia-Pacífico e Américas; pelas Federações Sindicais Globais (GUFs) e por outros órgãos sindicais para que a COP29 ofereça níveis de financiamento climático que sejam proporcionais, em primeiro lugar, à escala sem precedentes da ameaça representada pelas mudanças climáticas e, em segundo lugar, às responsabilidades históricas do Norte Global reconhecidas pela UNFCCC.

Apoiamos uma resposta à crise climática que promova a justiça global e respeite e proteja os direitos dos trabalhadores, conforme descrito no Programa de Trabalho de Transição Justa (JTWP). Pedimos a todas as Partes que desenvolvam e implementem medidas eficazes e acionáveis para garantir uma transição justa e equitativa no Sul Global.

A Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG) e uma nova era para a energia pública

Pedimos às partes na COP que reconheçam o papel essencial da propriedade pública e do controle sobre setores vitais essenciais para a ação e a transição climática, como energia, transporte público e matérias-primas. Conforme observado na declaração do Quinto Congresso Mundial da ITUC, adotada em novembro de 2022, "as políticas neoliberais de clima e energia... que estão ligadas à privatização e mercantilização, não conseguiram deter o aumento das emissões de gases de efeito estufa". O Congresso pediu "a retenção, recuperação e expansão da propriedade pública de infraestrutura e serviços de energia", uma política que apoiamos totalmente. Também apoiamos a demanda da Confederação Sindical das Américas (TUCA) de que "a energia deve ser desmercantilizada e democratizada por meio de mudanças nos regimes de propriedade e gestão, fortalecendo o caráter público e reorientando o papel das empresas públicas para que sua gestão seja democrática e focada na garantia de direitos e melhores condições de vida para a população trabalhadora". Além disso, o NCQG deve garantir que a entrega de todo o financiamento climático seja moldada por mecanismos que promovam o controle público, democrático e transparente, e seja baseada no reconhecimento do princípio da UNFCCC de Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas.

Portanto, o financiamento climático deve ser fornecido de maneira que possa:

1. Evitar o aumento da dívida e aliviar as imensas pressões da dívida existente nos países do Sul. Muitos países do Sul já pagam mais em serviço da dívida do que se comprometem com saúde, educação e serviços básicos. O financiamento climático deve manter e expandir esses serviços públicos, que são vitais para os esforços de mitigação e adaptação.
2. Acabar com a política de "financiamento combinado" e "redução de riscos". Desde a COP15 em 2009, os níveis de capital comprometido têm sido, em primeiro lugar, mínimos e, portanto, inadequados e, em segundo lugar, a maior parte das finanças foi mobilizada pelos MDBs e, portanto, é financiamento público. A ideia de "bilhões a trilhões" do Banco Mundial de que o dinheiro público "catalisaria" grandes quantidades de financiamento do setor privado foi um fracasso absoluto. Um NCQG deve reconhecer que os investidores privados não fornecerão o investimento necessário para atingir as

metas climáticas e de energia de baixo carbono, e a eficácia do financiamento climático dependerá das instituições públicas e do financiamento público.

3. Ir além dos mecanismos de mercado, como a precificação e o comércio de carbono (que se mostraram socialmente regressivos e ecologicamente ineficazes); e, finalmente, ver além das compensações como um meio de reduzir as emissões do desmatamento e da degradação (REDD e REDD+). Conforme observado na declaração da TUCA na COP29, essas políticas têm sido promovidas por "países do Norte e corporações transnacionais para serem desenvolvidas nos países do Sul global, aprofundam a crise e promovem a reprodução de práticas colonialistas, ignorando as responsabilidades diferenciadas dos países do Norte global".
4. Evite fazer o tipo de ataque ao setor público comum às Parcerias para Transição Energética Justa. As propostas futuras não devem usar uma linguagem que favoreça e exiba os interesses dos investidores privados. Em vez disso, elas devem usar uma linguagem que aborde as principais preocupações dos trabalhadores, das comunidades e das necessidades legítimas de desenvolvimento dos países do Sul
5. Permitir e incentivar uma abordagem de "recuperar e restaurar" os serviços públicos e de utilidade pública e ajudar os governos do Sul a aumentar seus ativos e capacidades, colocando-os em uma posição mais forte para buscar o desenvolvimento industrial e social de baixo carbono

Portanto, nossas demandas são as seguintes:

1. ***Os países desenvolvidos devem cumprir suas responsabilidades históricas:*** Eles devem fornecer financiamento climático para o Sul Global de pelo menos US\$ 5 trilhões por ano. Esse financiamento climático deve ser novo e adicional, público, não gerador de dívidas, adequado e previsível, e canalizado por meio de mecanismos democráticos, transparentes e responsáveis. Ele deve consistir em doações, e não em empréstimos, para perdas e danos relacionados ao clima e adaptação climática. Os países desenvolvidos também devem cancelar (e não reprogramar) as dívidas ilegítimas e relacionadas ao clima (por exemplo, dívidas por perdas e danos à infraestrutura, quebra de safras vitais etc.) para liberar espaço fiscal para os países do Sul global responderem à crise climática. Tanto o financiamento climático quanto o cancelamento da dívida podem ser considerados como parte das reparações que o Norte global deve ao Sul global por sua responsabilidade histórica e contínua pela crise climática.
2. ***O financiamento climático deve ser usado para expandir os ativos públicos:*** Ao contrário dos esquemas de financiamento misto, como as Just Energy Transition Partnerships (JETPs), que usam dinheiro público para reduzir o risco de investimentos privados e, ao mesmo tempo, acumular dívidas governamentais, o compromisso anual de US\$ 5 trilhões deve ser direcionado para a reconstrução das capacidades dos governos de recuperar seus setores de eletricidade e transporte para a propriedade e o controle públicos totais. As condicionalidades do tipo JETP que visam criar "um ambiente propício para o setor privado" por meio da desregulamentação, da

liberalização e do enfraquecimento das empresas públicas devem dar lugar a abordagens de "caminho público" para uma transição energética justa.

3. ***Combater a pobreza energética:*** O sistema multilateral de empréstimos deve abandonar sua agenda de "privatizar para descarbonizar" e endossar abertamente a abordagem de "recuperar e restaurar" os serviços públicos de energia proposta pelos sindicatos que apoiam o caminho público. Os bancos multilaterais de desenvolvimento deveriam parar de favorecer as empresas privadas (como os chamados produtores independentes de energia, ou IPPs) e, ao mesmo tempo, insistir na "recuperação total dos custos" para as empresas públicas. Pioneiras do Banco Mundial nas décadas de 1980 e 1990, as políticas de "ajuste estrutural" continuam sendo uma característica dos atuais esquemas de financiamento climático, pois tornam o financiamento dependente de reformas que promovem as empresas privadas, ao mesmo tempo em que se esforçam para prejudicar os serviços e as entidades públicas. Esse é o principal motivo pelo qual, no Sul Global, centenas de milhões de pessoas ainda não têm acesso a eletricidade limpa e confiável e bilhões ainda dependem de fontes de energia sujas para cozinhar e aquecer.
4. ***A transferência de tecnologia é necessária para a industrialização verde de alto valor agregado e para o desenvolvimento com baixo teor de carbono:*** É preciso direcionar mais recursos financeiros para a diversificação das cadeias de suprimentos globais por meio da transferência de tecnologias, assistência técnica e parcerias público-públicas baseadas na cooperação entre estados em termos não comerciais. Os setores verdes atuais são controlados por um punhado de países e empresas multinacionais que, com frequência, estão mais preocupados com fluxos de receita, lucros e participação no mercado do que com o enfrentamento da ameaça das mudanças climáticas.
5. ***O Norte deve liderar o declínio gerenciado do uso de combustíveis fósseis.*** O foco dos JETPs na redução do uso de carvão em países como Indonésia, África do Sul e Vietnã evita a realidade de que os países ricos são os maiores produtores e exportadores de combustíveis fósseis. Os países ricos podem e devem assumir a liderança em termos de redução não apenas do consumo de combustíveis fósseis, mas também de suas exportações. Isso deve ser combinado com o fornecimento de assistência aos países em desenvolvimento para acelerar a implantação de alternativas de energia de baixo carbono, abordagens de última geração para a eficiência energética e o desenvolvimento de infraestrutura e práticas industriais modernas e resistentes ao clima.

Além das práticas coloniais, um futuro orientado pelo público para o Sul

Acreditamos que uma transição justa e equitativa exige um reposicionamento estratégico do Sul Global para longe da base da cadeia de valor global. Somos a maioria global. Somos o lar da maioria dos minerais estratégicos que estão alimentando os setores do século XXI.

Pedimos aos nossos governos que formem políticas industriais conjuntas regionais Sul-Sul, com cooperação Sul-Norte para compartilhar e transferir tecnologias que salvam vidas para fabricar e implantar energia renovável e outras formas de energia de baixo carbono, serviços e infraestrutura modernos de transporte público, etc., em escala no Sul Global. Essas políticas industriais conjuntas devem pré-negociar os termos e as condições de uma extração de minerais socialmente justa e ecologicamente correta, a distribuição justa da cadeia de valor em todo o Sul e a distribuição equitativa da prosperidade futura com base no atendimento prévio das necessidades básicas. As políticas industriais verdes no Sul Global devem evitar a reprodução das mesmas hierarquias, violência e exclusões socioeconômicas do passado. Essas políticas devem reconhecer a centralidade dos trabalhadores em qualquer processo de produção, garantir o cumprimento dos direitos e condições de trabalho decentes e comprometer-se com o financiamento como forma de mudar o atual modelo de produção e consumo. Na ausência de mudanças radicais nesse modelo extrativista, explorador e desperdiçador, as metas de descarbonização continuarão a não ser atingidas por grandes margens.

SINDICATOS SIGNATÁRIOS

1. ITUC - África
2. ITUC - Ásia Pacífico
3. Confederação Sindical das Américas (TUCA)
4. Serviços Públicos Internacionais (PSI)

Argentina

5. Associação do Pessoal dos Organismos de Controle (APOC)
6. CNTI - CTA Autônomo
7. CTA Autônoma
8. Associação do Pessoal Jerárquico da Água e da Energia (APJAE)
9. Associação do Pessoal Superior de Empresas de Energia (APSEE)
10. FeTERA Fed. de Trab. de la Energía de la RA
11. Associação Federal de Trabalhadores e Empregados da Conservação Ambiental (AGOEC-ARGENTINA)
12. Frente Sindical de Ação Climática (Argentina)

Bangladesh

13. Paschimanchal Biddyt Bitaran Sramik Karmachari Union - PBBSKU

Benin

14. Confederação das Organizações Sindicais Independentes do Benin (Cosi-Benin)

Bolívia

15. Confederación Sindical de Trabajadores de Luz-Fuerza, Telecomunicaciones, Aguas, Gas y Jubilados de Bolivia (CSTLFTAGB)

Brasil

16. Central Única dos Trabalhadores CUT Brasil
17. Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM-CUT
18. Federação Única dos Petroleiros
19. Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul
20. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói- STIEEN
21. Temos que ter mobilização (logotipo necessário)

Camboja

22. Federação dos Sindicatos de Trabalhadores da Construção e da Madeira do Camboja (BWTUC)

Chile

23. Central Unitaria de Trabajadoras y Trabajadores de Chile (CUT-Chile)
24. Confederación de Trabajadores de Empresas del Estado
25. FESIMETRO - Chile

Colômbia

26. Central Unitaria de Trabajadores CUT Colômbia
27. Federação Sindical Mineroenergética Funtramiexco
28. SINEDIAN Sindicato de Empleados de la DIAN
29. SINTRACARBON
30. Sintra Emcali
31. SINTRAMINERALES
32. SNTT da Colômbia
33. SUNET Colômbia
34. União Sindical Obrera (USO)

Equador

35. Confederación Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas Unitarias de Trabajadores (CEDOCUT)

Gabão

36. Confederação Sindical do Gabão (COSYGA)

Gana

37. Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos (PUWU) do TUC (Gana)

Índia

38. AKILA INDIA KATTIDA THOLILALARGAL MATHIYA SANGAM (AIKTMS)
39. Hind Mazdoor Kisan Panchayat
40. Sindicato dos Funcionários da Corporação Municipal de Nagpur
41. Federação Nacional de Hawker

Indonésia

42. Federasi Serikat Ederasi Serikat Pekerja Bandara/Federation of Indonesian Airport Workers' Unions (FSPBI)
43. Federasi Serikat Buruh Perkebunan Indonesia (F-Serbundo)

44. Federasi Serikat Pekerja Farmasi dan Kesehatan Reformasi (FSP FARKES Reformasi)
45. Federação de Serviços de Saúde Mandiri
46. Gabungan Serikat Buruh Indonesia (GSBI)
47. Sindicato dos Trabalhadores da Mídia e do Setor Criativo da Indonésia para a Democracia (SINDIKASI)
48. Persatuan Pegawai PT PLN Indonesia Power (PP-IP)
49. Serbuk Indonésia
50. Serviços de manutenção do campus
51. Serviço de Atendimento ao Cliente Api (SP KA)
52. Serikat Pekerja Kimia, Energi dan Pertambangan Serikat Pekerja Seluruh Indonesia (SPKEP SPSI - CEMWU)
53. Serviço de Proteção ao Povo de Jawa Bali (SP PJB)
54. Serviço de Transporte de Jakarta (SPTJ)
55. Solidariedade da CNN Indonésia
56. SP Perusahaan Daerah Air Minum Jakarta (SP PDAM Jakarta)
57. Aliansi Jurnalis Independen (AJI)

Quênia

58. Organização Central de Sindicatos - Quênia (COTU-K)
59. Sindicato dos Eletricistas e Trabalhadores Aliados do Quênia (KETAWU)
60. Kenya Union of Water and Sewerage Employees (KUWASE) (Sindicato dos Funcionários de Água e Esgoto do Quênia)

Coreia

61. Confederação Coreana de Sindicatos (KCTU)
62. Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público e Transporte da Coreia (KPTU)

Malásia

63. Sindicato dos Empregados da Indústria Madeireira da Malásia Peninsular
64. Sindicato dos Empregados da Indústria de Plantações de Sabah
65. Sindicato dos Empregados da Indústria Madeireira de Sabah

México

66. SINDICATO MEXICANO DE ELETRICISTAS (SME)
67. União Nacional de Técnicos e Profissionais Petrolíferos (UNTyPP)

Moçambique

68. Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM)

Nepal

69. CLASSE-Nepal
70. Federação Geral dos Sindicatos do Nepal (GEFONT)
71. Union of Trekking Travels Rafting Workers Nepal (UNITRAV)
72. Conselho de Ligação da UNI Global Union no Nepal (UNI NLC)

Níger

- 73. Union des Syndicats des Travailleurs du Niger (USTN) (Sindicato dos Trabalhadores do Níger)
- 74. Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Energia do Níger (SYNTRAVE)
- 75. Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Minas (SYNTRAMIN)

Paquistão

- 76. All Pakistan United Irrigation Employees Federation (APUIEF) (Federação dos Funcionários de Irrigação Unidos do Paquistão)
- 77. Federação do Trabalho Mehnat Kash
- 78. Federação do Trabalho das Minas Centrais do Paquistão
- 79. Sindicato dos Trabalhadores em Fornos de Tijolos do Paquistão
- 80. Sindicato dos Trabalhadores em Vestuário Têxtil Powerloom - Punjab
- 81. Fundação de Educação para o Trabalho (LEF)

Panamá

- 82. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Elétrica e Similares do Panamá (SITIESPA)

Peru

- 83. Federación Nacional de Trabajadores del Agua Potable y Alcantarillado del Peru (FENTAP)
- 84. Central Autónoma de Trabajadores do Peru

Filipinas

- 85. Federação dos Trabalhadores Livres
- 86. Bukluran ng Manggagawang Pilipino - Solidariedade dos Trabalhadores Filipinos (BMP)
- 87. Kapatiran ng mga Unyon at Samahang Manggagawa (KAPATIRAN)
- 88. Kapisanan ng mga Manggagawa sa GOCCs at GFIs (KAMAGGFI)
- 89. Kilusang Mayo Uno - Movimento 1º de Maio (KMU)
- 90. Confederação Nacional do Trabalho
- 91. Associação de Funcionários Independentes do Setor Público das Filipinas (PIPSEA)
- 92. Confederação Independente do Trabalho em Serviços Públicos (PSLINK)
- 93. Sentro
- 94. Coalizão pela Dignidade dos Professores
- 95. Trabalho Unido e Alianças (Lab-U All)
- 96. Workers for Just Transition (aliança)

Senegal

- 97. União Democrática dos Trabalhadores Senegaleses (UDTS)
- 98. Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Petróleo, da Gaz e das Atividades Conexas do Senegal / SNTPGACS

Serra Leoa

- 99. Congresso Trabalhista de Serra Leoa (SLLC)

África do Sul

- 100. Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU)

101. Federação Sul-Africana de Sindicatos - SAFTU
102. Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da África do Sul (NUMSA)

Trinidad e Tobago

103. Sindicato dos Trabalhadores de Campos Petrolíferos (OWTU)

Tunísia

104. Federação Geral de Eletricidade e Gás - UGTT

Uruguai

105. Agrupamento de Funcionários da UTE (AUTE)

APOIO A ALIADOS DE ONGS DO SUL GLOBAL

1. Ativista climático (África)
2. Amaclare Connect and Development Initiative (África)
3. Instigação à cidadania ecológica (África)
4. Institutos de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (FUP-Brasil)
5. Fundação Quest For Growth and Development (África)